

Fascismos e consciência histórica: crise
De sentido e violência política

Fascisms and historical consciousness: crisis
of meaning and political violence



LEITE, Paulo Victor Arouche Costa*

 <https://orcid.org/0000-0003-1216-1533>

RESUMO: O artigo tem como objetivo analisar o conceito de fascismo, suas abordagens e a possibilidade da utilização do conceito para categorizar os movimentos políticos de extrema direita do mundo contemporâneo, destacando as elaborações de George Orwell sobre o fascismo a partir de seus escritos jornalísticos e ficcionais. A metodologia aplicada foi a revisão bibliográfica a partir da perspectiva de análise da História Social e da História dos conceitos.

PALAVRAS-CHAVE: Fascismo; Nazismo; Totalitarismo; George Orwell; Teoria da História.

ABSTRACT: The article aims to analyze the concept of fascism, its approaches and the possibility of using the concept to categorize far-right political movements in the contemporary world, highlighting George Orwell's elaborations on fascism from his journalistic and fictional writings. The methodology use was the literature review from the perspective of analysis of Social History and History of concepts.

KEYWORDS: Fascism; Nazism; Totalitarianism; George Orwell; Theory of History.

Recebido em: 09/06/2022
Aprovado em: 14/10/2022

* Mestre em História Social pela Universidade Federal do Maranhão (PPGHIS-UFMA). Graduado em História Licenciatura pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail:pauloarouche@hotmail.com



Introdução

George Orwell ficou amplamente conhecido pelo anticomunismo, principalmente, pela instrumentalização de suas obras no pós-guerra. Com efeito, além das críticas ao socialismo soviético, o autor denunciava as mazelas do capitalismo, o colonialismo britânico, a econômica de guerra e, sobretudo, o declínio da ideia de verdade objetiva, presente nos regimes totalitários e nas democracias liberais através da propaganda de guerra.

Nesse sentido, analisaremos as considerações de Orwell sobre o fascismo a partir de seus escritos jornalísticos e literários, considerando que a experiência do autor na Catalunha, durante a Guerra Civil Espanhola (1936-39), foi decisiva para elaboração de suas principais obras ficcionais, *Revolução dos Bichos* e *1984*, publicadas em 1945 e 1949, respectivamente. Textos que dialogam e debatem com os principais acontecimentos políticos daquele período.

O principal objetivo deste trabalho é traçar uma discussão conceitual acerca do(s) fascismo(s), entendido enquanto cultura (anti) política e fenômeno transnacional, apontando seus aspectos particulares – fascismo histórico, nacional socialismo – e gerais, relacionando com pensamento orwelliano. Nessa direção, as fontes são algumas obras de Orwell, com destaque para *1984*, *Lutando na Espanha*, *O que é Fascismo?*, além de fragmentos de autores da doutrina fascista trazidos pelas obras – *Introdução às linguagens Totalitárias*, de Jean-Pierre Faye e *As origens do Fascismo* de Robert Paris – autores que compõem nosso quadro teórico.

A metodologia aplicada foi a revisão bibliográfica a partir da perspectiva de análise da História Social e da História dos conceitos. Por essa razão, o trabalho foi pensado em três etapas. A primeira delas, *Da relação entre História e Modernidade: singularização semântica e crise de sentido histórico*, estabelece fundamentos teóricos de análise do fascismo enquanto conceito de compensação temporal, passível de ter seu conteúdo atualizado, além de apontar a crise de sentido histórico de finais do século XIX.

No segundo momento de análise, *Teoria e prática do Fascismo: da Revolução Conservadora ao Estado total*, abordamos a gênese do fascismo italiano no século XX, apontando suas principais características e a interlocução teórica entre doutrinadores italianos e alemães e o movimento revolucionário conservador que antecede o nacional socialismo.

Por último, em *Luta antifascista e consciência histórica: jornalismo e literatura como intervenção política, uma abordagem do fascismo a partir da escrita de George Orwell*, apontamos a participação do autor na Guerra Civil Espanhola, os impactos dessa experiência na sua produção e impressões acerca do fascismo, compreendido enquanto

subproduto da modernidade. Com graves implicações no desencadeamento da violência política (no passado e no presente), a partir da instauração, ou aprofundamento, de uma crise de sentido histórico que engendra e precisa de uma estratégia de negação da História enquanto possibilidade de suprir as carências de orientação, portanto, na formação da consciência histórica.

Da relação entre História e Modernidade: singularização semântica e crise de sentido histórico

A modernidade pode ser entendida a partir do momento em que existe um sentimento de ruptura com o passado. Nesse sentido, os europeus do século XVI consideravam que viviam em um novo tempo, que eram modernos, na medida em que se afastavam do que foi considerado medieval, ainda que a etimologia, do latim *modernus*, apareça desde o século V com os escritos de Santo Agostinho.

Nessa perspectiva, a Era Moderna compreende um conjunto de transformações nas estruturas sociais do Ocidente, vinculadas a um longo processo de racionalização da vida, transformando radicalmente a esfera econômica, política e cultural.

Uma dimensão fundamental dessa transformação passa pela apreensão conceitual desse novo mundo, entre as décadas de 1750 e 1850, quando a linguagem europeia revela e possibilita a superação dos postulados da sociedade aristocrática. Significa dizer que os conceitos foram adaptados a um novo tempo e outros foram criados para nomear as novidades da experiência (inacabada) contemporânea. Conceitos que são utilizados na disputa política, em que os atores sociais os utilizam na tentativa de conferir sentido à experiência contemporânea, pleiteando possibilidades de futuro.

A linguagem, além de expressar as mudanças do mundo social, é instrumento indispensável nas disputas que elaboram essas mudanças. Koselleck (2012) destaca a gravidade do conceito de História, como o paradigma da dupla direção entre linguagem e mundo. Segundo o autor, até o século XVIII, o termo história – [*Historie*] – era empregado no plural, caracterizando narrativas particulares sem conexão entre si. Por volta de 1750, percebe-se que o termo História [*Geschichte*], no singular, é cada vez mais frequente, designando uma sequência unificada de eventos e o seu próprio relato, isto é, a História da civilização ou dos progressos do espírito humano.

O processo de singularização semântica da História expressa a inclusão de toda humanidade em um único processo temporal organizado em etapas, fazendo da História objeto de teorias políticas e filosóficas que pretendem capturar presente, passado e futuro como uma totalidade que traz consigo sentido previamente estabelecido. Assim, a História passou a ser compreendida como um processo inevitável de progresso.

O termo história é transformado em recurso retórico normativo da luta política, sendo objeto de disputa entre as diferentes correntes ideológicas e seus respectivos projetos de futuro. Durante esse período, a temporalização da história traz a aceleração do tempo que caracteriza a modernidade¹, abandonando, parcialmente, o caráter escatológico da história da Cristandade que, até o século XVI, “é uma história das expectativas, ou, melhor dizendo, de uma contínua expectativa do final dos tempos; por outro lado, é também a história dos repetidos adiamentos desse mesmo fim do mundo” (KOSELLECK, 2012, p. 24). A formação e consolidação do Estado moderno se deu em meio a uma luta constante contra profecias políticas e religiosas.

Com a contenção de previsões apocalípticas e astrológicas, o Estado apoderou-se à força da exclusividade da manipulação do futuro. O cálculo político e a contenção humanista delinearam um novo horizonte para o futuro. No lugar do Juízo Final, foi concebido e inaugurado um tempo novo e diferente:

A partir de então se tornara possível referir-se ao passado como uma idade média. Os próprios conceitos – a tríade Antiguidade, Idade Média e Idade Moderna – já se encontravam disponíveis desde o humanismo, mas foram gradativamente disseminados para a história [*Historie*] apenas a partir da segunda metade do século XVII. Desde então, o homem passou a viver na modernidade, estando ao mesmo tempo consciente de estar vivendo nela. (KOSELLECK, 2012, p. 31)

A aceleração, até então uma categoria escatológica, tornou-se, no século XVIII, uma tarefa do planejamento temporal, através do cálculo político (prognóstico) e da filosofia da história, que possibilitaram o surgimento da história [*Geschichte*] no sentido que hoje nos é usual. O futuro, que surge da história moderna, abre-se para o desconhecido e pode ser planejado, impactando diretamente na formulação dos conceitos:

A batalha semântica para definir, manter ou impor posições políticas e sociais em virtude das definições está presente, sem dúvida, em todas as épocas de crise registradas em fontes escritas. Desde a Revolução Francesa, essa batalha se intensificou e sua estrutura se modificou: os conceitos não servem mais para apreender os fatos de tal ou tal maneira, eles apontam para o futuro. Privilégios políticos ainda por serem conquistados foram formulados primeiro na linguagem, justamente para que pudessem ser conquistados e para que fosse possível denominá-los. Com esse procedimento, diminui o conteúdo empírico presente no significado de muitos conceitos, enquanto aumentava proporcionalmente a exigência de realização futura contida neles. (KOSELLECK, 2012, p. 102)

Por essa razão, a diminuição entre a coincidência do conteúdo empírico e o campo de expectativa resulta na elaboração dos vários ismos (liberalismo, socialismo, comunismo, conservadorismo etc.) como conceitos de agrupamento e de dinâmica para

¹ Koselleck destaca o discurso – 10 de maio de 1793 – de Robespierre sobre a Constituição revolucionária, em que a aceleração do tempo aparece como uma tarefa do homem, que deverá introduzir os tempos da liberdade e da felicidade.

ordenação e mobilização. Em outras palavras, os diversos “ismos” aparecem como conceitos de compensação temporal, uma vez que a experiência moderna apresentou uma nova configuração das estruturas temporais, isto é, uma nova relação entre tempo e espaço.

O conceito de tempo moderno [*Neuzeit*], ou de modernidade, só pode ser concebido à medida em que as expectativas se distanciaram de todas as experiências anteriores. Considerando que o tempo histórico é resultado da tensão entre experiência e expectativa, a modernidade é caracterizada pelo distanciamento progressivo das expectativas das experiências vividas até então.

O avanço das ciências, que prometiam e anunciavam mais descobertas no futuro, assim como a descoberta do Novo Mundo e de seus povos, repercutiram, de início lentamente, ajudando a criar a consciência de uma história universal, que como um todo estaria entrando em um novo tempo. (KOSELLECK, 2012, p. 278)

O contato com novas culturas, consideradas arcaicas, selvagens, barbaras etc., fez com que os europeus ordenassem diacronicamente por uma comparação sincrônica: olhar para a América selvagem a partir da Europa civilizada, era olhar também para trás, olhar para o passado. Essas comparações ordenaram a história do mundo, que passou a fazer da parte da experiência histórica, interpretada como progresso para objetivos sempre mais avançados.

Desse processo surgem ideias como desenvolvimento, história universal, humanidade, resultando na percepção de diferentes estágios de modernização. Inclusive, é a partir desse vocabulário que ao longo dos séculos é construído o universalismo europeu, que trata da universalização de valores particulares, pretensamente universais, fundamento do sistema mundo moderno:

O que estamos usando como critério não é o universalismo global, mas o universalismo europeu, conjunto de doutrinas e ponto de vistas éticos que derivam do contexto europeu e ambicionam ser valores universais globais – aquilo que muito de seus defensores chamam de lei natural – ou como tal são apresentados. (WALLERSTEIN, 2007, p. 60)

O universalismo europeu está intimamente relacionado com os processos de construção da hegemonia econômica, política e cultural da Europa e, posteriormente, dos Estados Unidos. Sucede que entre as nações europeias também havia diferentes níveis de modernização. A filosofia do progresso alimentou a corrida entre as nações na construção de processos de domínio e hegemonia, no desenvolvimento e teorias e práticas coloniais, e, como pressuposto, o estabelecimento de um Estado nacional forte, capaz de materializar as expectativas futuras de determinado povo.

Ainda que houvesse fascínio e entusiasmo pela experiência moderna, havia também desconfiança e preocupação. As inovações tecnológicas, a rápida transformação da paisagem, o crescimento de centros urbanos, os problemas sociais do desenvolvimento industrial, o perigo revolucionário, entre outros fatores, provocaram um sentimento de desorientação e de ameaça às identidades culturais, daí o nascimento do Romantismo, forma estética com ênfase no passado e na natureza, em oposição à ascensão do mundo burguês e da sociedade capitalista do século XIX.

Na perspectiva de italianos e alemães, que consolidaram o Estado nacional no decorrer do século XIX, portanto, atrasados na comparação com Inglaterra e França, olhar para o passado era reviver a grandeza de Roma e do antigo Sacro Império Romano-Germânico, ao mesmo tempo, a modernização exigia olhar para o futuro, e a construção desse futuro passava pela consolidação do Estado-Nação, indispensável na disputa econômica e territorial.

Entre o final do século XIX e início do século XX, o conservadorismo alemão foi alimentado por uma crise espiritual, entendida como crise de sentido histórico que mais tarde desembocaria no fascismo. De acordo com Victor Coelho (2012, p. 82), vários elementos do pensamento reacionário alemão oitocentista – nacionalismo, militarismo, elitismo, racismo, autoritarismo – ganharam novo impulso com a situação caótica da Alemanha após a Primeira Guerra Mundial, com o privilégio da noção de *Gestalt*, em detrimento da ideia de *Bildung*.

Na cultura liberal alemã, a noção de *Bildung* (formação, instrução, educação), a partir da perspectiva de Wilhelm von Humboldt (1767-1835), representava uma intersecção entre cidadão e historicidade, em que a terceira instância seria, simultaneamente, a compreensão do espírito humano *per se* e a vinculação do Eu com o mundo: “é essa relação de mão dupla (ou circular), de cultivo mútuo entre interioridade e mundo exterior, que configura a terceira instância” (COELHO, 2012, p. 84).

Na visão de Humboldt, a *Bildung* é fundamento da “formação do cidadão e da constituição do mundo como a terceira instância que liga o sujeito a esfera exterior, sendo que formação de cidadão e de mundo, fica claro, são duas faces de uma mesma tarefa” (COELHO, 2012, p. 85). Assim, o meio seria ocupado pela *Historik*, que desempenha a tarefa da instrução, na medida em que o mundo é disperso e fragmentado, escapando do horizonte da observação imediata, portanto, a instância da mediação se relaciona, necessariamente, a esfera da reflexão.

Como coloca Barash, em Humboldt a própria consciência do homem “se determina em relação às transformações da história, que constituem a cada época novos modos de vida acompanhados de novas maneiras de interpretar o mundo”. Há mesmo em Humboldt a defesa, para tarefa do historiador, da

imaginação produtora (que pode ser remetida tanto à base kantiana, no sentido da imaginação a serviço do entendimento, quanto aristotélica, no sentido da mimesis): tendo em vista o que foi exposto sobre o mundo fragmentado que se apresenta aos sentidos e sobre a insuficiência dos saberes particularizados para a tarefa da formação, diz Humboldt que “a verdade histórica pode ser equiparada às nuvens, que somente ganham forma à distância dos olhos”. (COELHO, 2012, p.8687).

O historiador, como sujeito autônomo e criativo, organiza aquilo que está disperso, que não pode ser ainda recepcionado, através do esforço articula os fragmentos na composição de um todo, ou seja, a construção do discurso histórico para suprir as carências de orientação. Ocorre que, a partir do final do século XIX, a *Bildung* perde espaço para o mito, articulando anti-intelectualismo e política reacionária, primeiramente, com o movimento *völkisch* e neorromântico e, posteriormente, já no século XX, com a mitologia política nazista.

[...]deseja-se uma nova totalidade que se dá tanto em reação à modernidade – com seus elementos de fragmentação decorrentes da urbanização, massificação, acirramentos de contradições sociais e políticas – como no sentido de reconciliação da alma individual com o “cosmo”. As instâncias mediadoras, tanto no sentido da *Bildung* quanto no da norma legal serão alvos de ataque, e o que emerge é a noção de um líder que pudesse galvanizar os anseios do povo e apontar para um futuro, um destino. (COELHO, 2012, p. 87).

Na construção de uma identidade relacionada com a consolidação de um Estado Nacional forte, a intelectualidade alemã privilegiou o *vitalismo*² em detrimento do classicismo, em que a noção de *Gestalt* (forma, figura) e *Gestaltung* (configuração) serão fundamentais na aliança entre política e estética. Além disso, esse reacionarismo ocasionará o esfacelamento da instância mediadora que, “por sua vez, em seu desejo de totalização, implicará a dissolução progressiva da subjetividade” (COELHO, 2012, p. 87), quer dizer: a *Bildung* será substituída pela *Gestalt*, fornecendo um quadro referencial para o posterior desenvolvimento do fascismo na Alemanha.

Teoria e prática do Fascismo: da Revolução Conservadora ao Estado Total

Existe uma multiplicidade de abordagens acerca do fascismo, a complexidade do tema exige diferentes enfoques de acordo com tipo de análise que se pretende fazer. Tentaremos aqui apresentar em linhas gerais e discorrer sobre aspectos centrais do objeto, sem a pretensão de esgotá-lo. Nesse sentido, é preciso situar o fascismo historicamente, compreendendo que sua implementação ocorreu de acordo com situações específicas de cada lugar. Destacaremos, principalmente, a experiência italiana e alemã.

² Durante a modernidade foram formuladas concepções e relações entre a Ciência, o Humano e a Vida. Uma dessas noções é o vitalismo, doutrina formulada por cientistas europeus que aponta a existência de uma *força vital*, que controlaria os fenômenos relativos aos seres vivos, um tipo de impulso adicional, diferente dos físico-químicos já mapeados. Enquanto teoria filosófica, o vitalismo admite a ideia de alma, portanto, nessa perspectiva, os fenômenos vitais não poderiam ser exclusivamente explicados por critérios mecânicos.

De acordo com Edda Saccomani (2016), podemos apontar três usos ou significados principais do fascismo. O primeiro deles diz respeito ao núcleo histórico original, do fascismo italiano em sua historicidade específica; o segundo, está relacionado à dimensão internacional que o fascismo atingiu, com a consolidação do nacional-socialismo na Alemanha, considerando que “tais características ideológicas, tais critérios organizativos e finalidades políticas, que levaram os contemporâneos a estabelecerem uma analogia entre Fascismo italiano e Fascismo alemão” (SACCOMANI, 2016, p. 466). E, por último, seria a aplicação do termo a todos movimentos ou regimes que compartilharam aquilo que foi estabelecido como “Fascismo histórico”, a partir de determinadas aproximações e afinidades políticas desses regimes. Em razão desta última compreensão:

[...] o termo Fascismo assumiu contornos tão indefinidos, que se tornou difícil sua utilização com propósitos científicos. Por isso, vem se acentuando cada vez mais a tendência de restringir seu uso apenas ao Fascismo histórico, cuja história se desenrola na Europa entre os anos 1919 e 1945 e que está essencial e especificamente representado no Fascismo italiano e no nacional-socialismo alemão. (SACCOMANI, 2016, p. 466).

De modo geral, o fascismo pode ser compreendido como um sistema autoritário de dominação, caracterizado pela monopolização da representação política através de um único partido hierarquicamente organizado. Além disso, é uma ideologia atravessada pelo culto ao líder, exaltação da coletividade nacional e no ideal de colaboração de classes.

Por isso, opõe-se radicalmente ao socialismo e ao comunismo, apregoando um sistema de tipo corporativo, que tem como objetivo a expansão imperialista, em nome da luta das nações pobres contra potências plutocráticas, demandando, portanto, constante mobilização das massas e de seu enquadramento “em organizações tendentes a uma socialização política planejada, funcional ao regime; pelo aniquilamento das oposições mediante a violência e do terror” (SACCOMANI, 2016, p. 466), em função disso, pressupõe um aparelho de propaganda fundado no controle de informações e dos meios de comunicação.

A economia continua a ser, fundamentalmente, do tipo privado, direcionada pelo crescente dirigismo estatal com vistas a integrar nas estruturas de controle do partido ou do Estado – em razão da lógica totalitária –, a totalidade das relações econômicas, sociais, políticas e culturais. Apontando o nascimento do fascismo na Itália, às condições específicas de seu desenvolvimento econômico, marcado pela ausência ou de revolução burguesa, reforma agrária ou de Reforma (de ética protestante), Robert Paris avalia a dificuldade de acumulação do capital italiano:

“Revolução conservadora”, o *Risorgimento* realizou-se essencialmente sob a dupla proteção, ou protetorado do capital francês e britânico. Foi, em grande

parte, como agente desse capital estrangeiro que a pequena Piemonte, entorpecida pela Sardenha desde 1847, empreendeu a conquista e a colonização do resto da Itália: conquista do Sul pelo Norte, dos campos pelas cidades. (PARIS, 1993, p. 16)

Autores como Gramsci³ insistiram na ausência de revolução agrária e sobre o caráter dualista da Itália, marcada pelo Sul agrário e pobre, exposto à pilhagem do Norte industrial e colonizador. A modernização da economia italiana, ou seja, o processo de acumulação de capital, teve como elemento decisivo a venda pública dos bens do clero na Itália sulista após 1866, com o posterior desenvolvimento da indústria pesada, alavancada pela economia de guerra.

A transição do século XIX para o século XX é marcada por uma ampla discussão acerca da questão da nacional e do futuro, de modo que a prefiguração do fascismo passa, antes de tudo, pelo questionamento das capacidades das instituições liberais tradicionais para construção desse futuro. De acordo com Robert Paris, o fascismo propriamente dito, juntamente com o nacionalismo e o futurismo⁴, são subprodutos da sociedade industrial, mais precisamente, do grande capital.

Uma de suas expressões é a cultura de guerra que, no alvorecer do século XX, toma conta do discurso, na moldura de uma nova mentalidade, atenta ao futuro e à questão nacional, uma vez que os italianos deveriam realizar sua unidade para produzir grandes coisas. Nas palavras de Sorel: “O futuro pertencerá àqueles que não o temerem: a fortuna e a história são mulheres e amam apenas os fortes capazes de violentá-las”. O futurismo, comentou Benjamin Crémieux em 1928,⁵ preparara os caminhos da alma fascista (CRÉMIEUX *apud* PARIS, 1993, p.47).⁶

Em 1914, a Itália já estava associada à Alemanha e à Áustria-Hungria por um pacto de aliança estabelecido em 1882. Com a guerra, os processos de concentração industrial foram acentuados, houve aumento na produção de ferro e aço, a fusão de várias empresas, ocasionando a eliminação de um número significativo de médias e pequenas empresas. Essa situação afetou, simultaneamente, a pequena burguesia, que sofreu um processo de proletarização, e setores do proletariado, condenados ao desemprego. Assim, “o fascismo foi efetivamente a ‘revolução’ das classes médias” (PARIS, 1993, p. 60). Em 1918, falava-se

³ L'Ordine Nuovo, 11 de junho de 1921. GRAMSCI, A. *Socialismo e Fascismo*. Einaudi: Torino, 1978.

⁴ O Manifesto-Programa do Partido Político futurista falava em “Nacionalismo revolucionário” através de um “Governo técnico”, sem Parlamento, defendendo ainda “Preparação de uma mobilização industrial completa (armas e munições) que, em caso de guerra, será realizada ao mesmo tempo que a mobilização militar”.

⁵ CRÉMIEUX, B. *Littérature italienne*, Paris, 1928.

⁶ A partir de setembro de 1918 começou a ser publicado *Roma futurista*, dirigido por Marinetti, Mario Carli e Emilio Settemelli. Tinha como subtítulo “Jornal do Partido Futurista”, contendo o programa político do Partido.

na Itália em socialismo nacional, que aceitava ao mesmo tempo o conceito de “luta de classes” e o conceito de “pátria-nação”.

Com Mussolini, o fascismo vai tomando forma como antipartido, uma ruptura: “Nós constituiremos o antipartido dos realizadores...uma organização fascista, que não terá nada em comum com os credos, dogmas, mentalidade e sobretudo preconceitos dos velhos partidos” (MUSSOLINI *apud* PARIS, 1993, p. 62/63). O socialismo nacional pretendia realizar a síntese “classe e nação”.

O fascismo levantava-se contra o imperialismo bancário estrangeiro e a aliança da plutocracia que oprimia a nação proletária, ao mesmo tempo, refutava o internacionalismo comunista. Nas palavras de Mussolini: “Nós nos opoemos por todos os meios a uma experiência bolchevista”(MUSSOLINI *apud* PARIS, 1993 p.77). Entre 1920 e 1921, o movimento passou de 20 mil adeptos para mais de 200 mil. A mobilização de oficiais e a adesão de ex-combatentes engrossou o movimento *fasci*, criando as condições necessárias para a ascensão de Mussolini ao poder em 1922.

Mais tarde, em 1925, nasce da improvisação de Mussolini o termo *totalitário* para o vocabulário da filosofia política. O *Stato totalitário* italiano será transformado no *totale Staat* alemão pela linguagem de Carl Schmitt.⁷ “O que Carl Schmitt nomeia ora como *fórmula* ora como *conceito*, desenvolve-se entre os anos de 1929 e 1931, pela primeira vez, ao que parece, em língua alemã” (FAYE, 2009, p. 48). De acordo com o Programa do Partido Nacional Fascista, de 1921, o fascismo considera a Nação um organismo, em que as gerações de indivíduos são elementos passageiros “síntese suprema de todos os valores materiais e espirituais da raça”, o Estado por sua vez “é a encarnação jurídica da Nação” (PARIS, 1993, p. 97).⁸ Apaga-se, portanto, a diferença entre a sociedade e o Estado, de modo que qualquer problema, seja ele econômico ou social, torna-se imediatamente uma questão estatal.

Faye aponta que a formulação do Estado total – a identificação entre sociedade e Estado (*zum totalen Staat*) – não era usual na Alemanha antes da aparição do livro de Carl Schmitt *O Guardião da Constituição*, de 1931. A figura do *totale Staat*, o Estado totalitário surgiu, primeiramente, na linguagem mussoliniana:

De maneira comparável, um ano antes, o autor da *Dottrina del fascismo* publicada pela *Enciclopédia italiana* – este autor de duas cabeças que assina Mussolini, mas que a tradição escrita do fascismo italiano atribuiu a Giovanni Gentile – afirmava resolutamente que o Estado fascista *non è razionario, ma rivoluzionario*. Para o fascista, acrescentava ele: “Tudo está no Estado, e nada do humano ou do espiritual existe e, menos ainda tem valor, fora do Estado. Nesse sentido, o fascismo é totalitário [*in tal senso il fascismo è totalitário*] e o Estado fascista,

⁷Ver: SCHMITT, Carl. *O guardião da Constituição*. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

⁸Fonte primária apontada pelo autor: *Il Popolo D'Italia*, 27/12/1921.

síntese e unidade de todo valor, interpreta, desenvolve e engrandece a vida do povo. (FAYE, 2009, p. 56).⁹

Dois indícios corroboram que o termo totalitário pertence ao léxico italiano antes de adentrar a língua alemã. Primeiro, *totalitär* é uma palavra estrangeira “um *Fremdwort* de origem francesa, como toda palavra com desinência em – *är* (*revolutionär, sekretär*)”. Segundo, a primeira tradução da *Doutrina del fascismo* “transcreve *totalitário* pelo participio presente *umfassende*. A tradução do livro *teórico* de Gentile, pelo contrário, traduz o *carattere totalitário del fascismo* por *Totalitäre Charakter*” (FAYE, 2009, p. 57). A aparição do termo data de 22 de junho de 1925, no discurso de Mussolini no teatro Augusteo de Roma e deriva de sua utilização nas assembleias gerais das sociedades por ações, em que é considerada *totalitaria* uma sessão onde o *quórum* é inteiramente contemplado:

A transcrição desse léxico – tomado às sociedades anônimas do capitalismo –, no terreno político do Estado, é atribuída justamente a Mussolini pelos historiadores alemães mais estritamente ligados a esse domínio: “Foi Mussolini quem cunhou o conceito de *totalidade estatal*”. (FAYE, 2009, p. 60/61).

A concepção mussoliniana do Estado (totalitário), que se opõe ao Estado liberal fragmentário, repercute entre os intelectuais alemães que, como já abordamos, abandonaram a ideia da *Bildung*, privilegiando a *Gestalt* como horizonte de sentido, isto é, era imperativo atingir uma configuração a partir da abolição da diferença entre sociedade e Estado (encarnação jurídica da Nação).

Essa realização demandava uma mobilização total e permanente. A experiência da guerra e a ascensão da técnica foram elementos constitutivos e decisivos para a dinâmica dos movimentos na Itália e na Alemanha. Em 1932, a mobilização total da técnica proposta por Jünger defendia a aparição do verdadeiro Estado total – *qualitativ total, total aus Stärke* – total por força, qualitativamente total.

Total no sentido da qualidade e da energia, da mesma maneira que o Estado italiano denomina a si mesmo um *Stato totalitário*, pelo que quer dizer sobretudo que os novos instrumentos de poder pertencem exclusivamente ao Estado e servem ao aumento de sua potência. (JÜNGER *apud* FAYE, 2009, p. 68).

Anos antes, em 1923, Karl Anton Prinz¹⁰ escreveu, elogiosamente, que o fascismo era inteiramente revolucionário e, ao mesmo tempo, inteiramente conservador. Na obra *Fascismo e Nação* (1936), o jurista Bortolotto definia o fascismo como uma revolução conservadora:

Quando dizemos direita e esquerda... uma nação unida – isso é fascismo! O fascismo ultrapassou a crise do Estado por uma dupla decisão. Com o

⁹ Grifo do autor.

¹⁰ Príncipe de Rohan e descendente austro-boêmio de Wallenstein.

nacionalismo, decide-se pela direita, com o sindicalismo pela esquerda. Assim podia-se criar o Estado unitário e total (BORTOLOTTO *apud* FAYE, 2009, p. 69).

Essa convergência paradoxal pretendia afastar-se do liberalismo e “nacionalizar o social” através da “socialização do conservantismo revolucionário”. Vejamos a análise de Faye sobre a obra *Terceiro Reich*, de Moeller van den Bruck:

O livro que se pretende frio e duro começa pelo capítulo “Revolução”, para terminar com o capítulo “Conservantismo”, imediatamente antes da conclusão que se intitula “O Terceiro Reich”. Toda narração ideológica de Moeller van den Bruck mostra com clareza que a antítese associa efetivamente a força de seus contrastes numa tal expressão – como Bortolotto mostrara igualmente, no terreno mais tecnicamente jurídico, na fórmula do Estado Total. Evidência da estratégia narrativa. Inicialmente, os contrastes: “O pensamento conservador distingue-se do pensamento revolucionário no sentido de que ele não confia em coisas criadas de maneira rápida e convulsiva [...] A revolução nasceu da traição – o Estado é a conservação”.

Em seguida, os contrastes dobrados: “De fato, os dois objetivos, o que quer o revolucionário e o que quer o conservador, vão absolutamente no mesmo sentido. [E] nós queremos fazer uma espécie de liga conservadora-revolucionária [Porque – e aí encontra-se a oposição, ou o truismo pernicioso, de Rocco -], o que é revolucionário hoje, será conservador amanhã”. (FAYE, 2009, p. 80).

Existia o desejo de associar ideias revolucionárias às ideias conservadoras, ou melhor, a aplicação de métodos revolucionários para fins conservadores, orientado pela crença absoluta de que o mundo é sempre o que é, por sua própria natureza conservador. A ideia de que as transformações do mundo estão atreladas ao Estado¹¹ e este, por sua vez, é compreendido como uma Totalidade (a)política¹² e biológica, na medida em que é a encarnação jurídica da Nação, incorporando raça e espírito (*Geist*). Portanto, o entrecruzamento entre o revolucionário e o conservador resulta no sintagma da *revolução conservadora*, equivalente a contrarrevolução, uma formulação em que as leis e valores elementares seriam capazes de construir uma ordem verdadeira, sem que o homem perdesse a ligação com Deus e a Natureza.

No lugar da igualdade, o valor (a valência, Wertigkeit) interior; no lugar do sentimento social, a construção justa de uma sociedade hierárquica; no lugar do voto mecânico, o crescimento orgânico do Führer; no lugar da obrigação burocrática, a responsabilidade da autoadministração autêntica; no lugar da felicidade das massas, o direito à personalidade do Volk. (JUNG *apud* FAYE, 2009, p. 90/91).¹³

O Terceiro Reich seria o resultado desse novo nacionalismo, um conceito ao mesmo tempo cultural e religioso que conduz à Totalidade [*zur Totalität drängf*], que ultrapassa as limitações do puro político: “A linguagem da Revolução alemã será mundial porque seu

¹¹ No caso do nazismo, o foco do discurso focalizava o “Povo” (*Volk*), baseado em uma mitologia da superioridade da “raça ariana”, ao passo que, no fascismo italiano, privilegia sindicalismo, nações proletárias etc.

¹² Sob certa medida, o fascismo é uma posição política, por outro lado, o fascismo não é uma posição política, na medida em que é um tipo de recusa da política, uma antipolítica.

¹³ A obra em questão é *Deutschland und die konservative* (1932), de Edgar Julius Jung.

nacionalismo não se limitará às fronteiras dos Estados nacionais, mas conduzirá à *Totalidade* de um Terceiro Império germânico” (FAYE, 2009, p. 91). A transposição do fascismo italiano e da ideia de *Stato totalitario* encontraram na Alemanha questões socioculturais específicas, que reportam à experiência fracassada da Primeira Guerra Mundial e do já mencionado abandono da *Bildung* em privilégio da *Gestalt* ainda no século XIX. A concepção *völkische* tomada pelo nacional-socialismo significava uma construção essencialista da Totalidade *Volk* em oposição ao liberalismo, que:

Vê no povo uma unidade de vida biológica e tira as consequências políticas dessa concepção em oposição ao liberalismo. O *conceito de raça*, mas também a significação do espaço e do país natal participam de maneira central e agem também no plano do direito do Estado.

Uma tal concepção de povo domina também todos os domínios vitais na vida do povo e do Estado. A Totalidade do pensamento *völkische* penetra-a inteiramente. Dessa Totalidade *völkische* decorre, ainda mais, o fato de que, para concepção nacional-socialista, a continuidade do evento político passa pelo povo como *grandeza política e não pelo Estado*. Dessa forma, a concepção hegeliana do Estado como *realidade da ideia moral* constitui uma posição *a-völkische*, que é estranha ao nacional-socialismo [...] (KOELLREUTTER *apud* FAYE, 2009, p. 97/98).¹⁴

Daí a discussão, no plano do Direito Constitucional, acerca da natureza do Estado nazista, e a recusa por parte da ideologia nazista da etiqueta Estado totalitário. Wilhelm Stuckart¹⁵ considerava inexata a designação do Reich como Estado autoritário ou Estado totalitário: “Autoritários ou totalitários, são, antes, os *Estados liberais de poder* (Höhm), tendo por objetivo a conservação de uma posição de dominação face a uma vida (exemplos: a Áustria antes da reunificação ou Romênia sob o regime [do rei] Carol.” (STUCKART *apud* FAYE, 2009, p. 99). Segundo Stuckart, nos casos apontados, diferentemente do nacional-socialismo, o povo não é conteúdo do Estado, mas objeto de dominação. Aqui também, para Stuckart, reside a diferença entre o Estado fascista italiano e o Reich:

O Estado fascista italiano é também um Estado autoritário. A forma autoritária do Estado corresponde à concepção latina do Estado, segundo a qual o Estado deve ser construído do alto, a fim de poder colocar em movimento, de maneira uniforme, todas as forças da Totalidade, em vista dos objetivos conferidos pelo poder central. O fascismo soube dar um caráter autêntico e um aspecto positivo a essa forma de Estado. (STUCKART *apud* FAYE, 2009, p. 99).¹⁶

¹⁴ Grifo do autor. Obra citada: Otto Koellreutter, *Deutsches Verfassungsrecht* (Direito Constitucional Alemão), Junker & Dünnhaupt, Berlin: 1993, p.10.65 (N. da E.: trad. para o português baseada na tradução francesa de J.-P. Faye).

¹⁵ Wilhelm Stuckart (1905 – 1953) oficial no Partido Nacional Socialista, foi jurista e secretário de Estado, autor das leis de Nuremberg de 1935, “Lei de Cidadania do Reich” e “Lei de Proteção do Sangue e da Honra Alemã”, a estrutura jurídico-legal para perseguição sistemática dos judeus.

¹⁶ Obra citada: *Der Staatsaufbau des Deutschen Reiches in systematischer Darstellung* (A Estrutura do Estado do Reich Alemão Apresentada de Forma Sistemática), de Dr. Wilhelm Stuckart, Staatssekretär im Reichsministerium des Innern, Dr. Harry von Rosen von Hoewel, Dr. Rolf Schriedmair, Leipzig: Verlag Kohlhammer, 1943, p. 20.

Entretanto, de acordo com a doutrina do fascismo, o Estado autoritário é igualmente totalitário, na medida em que a autoridade que se desenvolve não observa os limites do Direito, residindo, fundamentalmente, na *totalitaridade* das relações estabelecidas em sua própria esfera: “Contudo, em Vico, foi criada igualmente essa reciprocidade unitária entre o Estado e o povo que Mussolini interpretou conferindo ao Estado o espírito do povo e ao povo o corpo do Estado” (TRIPODI *apud* FAYE, 2009, p. 100)¹⁷, de maneira que a noção de comunidade nacional atrelada à coincidência entre o conceito de povo e o conceito de Estado é o fundamento do fascismo.

O Estado totalitário assume, portanto, uma forma jurídica que prescinde do sistema parlamentar, de modo que a lei não repousa na vontade geral e a pluralidade de poderes não tem mais razão de ser “o juiz no *Estado totalitário* deve entender-se, de qualquer maneira, como ligado à concepção política do regime, porque este, em certos casos, não seria nem mesmo limitado pelo direito” (COSTAMAGNA *apud* FAYE, 2009, p. 101).¹⁸ Segundo Costamagna (1939), o fascismo (italiano) teve o mérito de ter sido o primeiro, em meio ao “desmoronamento da civilização europeia”, de formular a “posição ético-orgânica das ciências morais”, definindo, pela primeira vez, o conceito *totalitário* do Estado-povo, povo compreendido enquanto unidade de vida coletiva.

Dessa forma, a partir de critérios “raciais” e “espirituais” próprios, fascismo e nacional socialismo reivindicaram o direito, ou melhor, a missão de defender e “aperfeiçoar” a civilização europeia. Por essa razão, a ordem jurídica do *Estado totalitário* almeja a “integridade” moral e material do povo e sua sucessão. Nas palavras de Costamagna:

“Os valores nacionais devem ser defendidos também face ao hebraísmo, pela separação absoluta e definitiva dos elementos hebreus em relação à comunidade nacional, para impedir que o hebraísmo possa exercer qualquer influência na vida dos povos.

Os povos italiano e alemão opõem às ideologias universalistas e cosmopolitas do hebraísmo internacional que resultaram nas Leis de Nurembergue, de 15 setembro de 1935, e as resoluções do Grande Conselho do fascismo de 6 de outubro de 1938” (COSTAMAGNA *apud* FAYE, 2009, p. 102).¹⁹

Costamagna avalia que o Estado totalitário não é uma reação ao Estado liberal, ele é propriamente o Estado por excelência, legítimo, que supera a separação entre povo e Estado operada pelo século burguês. De acordo Ernst Krieck, o povo teria sido reduzido a

¹⁷ Obra citada: Nino Troppi, *Il Pensiero politico de Vico e la dottrina del fascismo*, Pádua: Cedam, 1941 (Collane di dottina fascista, a cura dela Scuola di Mistica fascista Sandro Italico Mussolini), p. 96.

¹⁸ Obra citada: Carlos Costamagna, Il Giudice e la legge, em *Lo Stato*, abril 1939, p. 194, 196, 197, 199.

¹⁹ Carlo Costamagna, *Razza e diritto*, no Convegno italo-tedesco di Vienna (*Raça e direito*, no Congresso italo-alemão de Viena), p. 188.

uma essência sem valor e incapacitada, e o Estado diminuído a um órgão social entre outros, uma parte do Todo entre outras:

O *Estado total*, o verdadeiro *Estado popular*, é a *Totalidade völkische* propriamente dita e imediata, pelo fato de que, a partir do simples, ela atinge o querer, ação criadora da história [...]
O *Estado total* exige uma *camada social fechada* que o porte, sobre a qual, em última análise, repousa a formação de sua vontade e de seu poder. Uma tal camada só pode nascer por uma via revolucionária: o grupo que se impõe e que carrega consigo a ascensão ao Estado total coloca-se em primeiro lugar e, como dever mais elevado, assume igualmente a mais alta responsabilidade e para isso se beneficia do privilégio político e de uma maior proteção do direito. (KRIECK *apud* FAYE, 2009, p. 103).²⁰

Portanto, o Estado total é estrutura jurídica do fascismo, o Estado como espírito do povo, e o povo enquanto corpo do Estado. Isto posto, podemos retomar a discussão acerca da teorização do fascismo e as abordagens analíticas do fenômeno, considerando os critérios cronológico, político-ideológico, disciplinar e o sistemático.

De acordo com Saccomani (2016, p.467), as teorias sobre o fascismo podem ser divididas em duas grandes categorias: teorias singularizantes e teorias generalizantes.²¹ A primeira categoria estabelece que, para explicar a origem e sucesso dos movimentos e dos regimes, devemos recorrer estritamente aos elementos particulares de realidade nacional específica, rejeitando qualquer tentativa de generalização de um contexto histórico a outro.

A segunda abordagem considera “o Fascismo como um fenômeno supranacional que apresentou, nas diversas formas de que historicamente se revestiu, características essencialmente análogas, resumíveis num conjunto de fatores homogêneos” (SACCOMANI, 2016, p. 467).²² Parece-nos adequado considerar o fascismo como um fenômeno que possui determinada especificidade histórica, portanto, temporal e espacial, considerando que sua formulação e interlocução teórica ocorreu principalmente entre italianos e alemães.

Ocorre que não é possível compreender o fascismo fora do quadro geral da modernidade e da crise de sentido histórico correspondente, que envolve conexões com o colonialismo, racismo e o autoritarismo, bem como outros elementos que compõem a estrutura da sociedade industrial de massas. Outro aspecto a ser considerado é que o fascismo, assim como outros conceitos de compensação temporal, é apenas parcialmente

²⁰ Ernst Krieck, *Völkischer Gesamtsaat und nationale Erziehung* (Estado Total Völkisch e Educação Nacional, Heidelberg: 1933, p. 15-16.

²¹ Conforme a terminologia empregada introduzida por Ernst Nolte no ensaio *Theorien über den Faschismus*, de 1967.

²² Esta, por sua vez, pode ser subdividida em duas subcategorias, definidas como intrapolítica e transpolíticas. A primeira aponta fatores sociopolíticos determináveis, historicamente individualizáveis, enquanto a segunda contempla fatores a-históricos, inerentes a uma suposta natureza humana, ao caráter repressivo da cultura e a características intrínsecas à luta política.

baseado na experiência histórica concreta, trazendo na grafia do sufixo (ismo) uma expectativa de realização futura - salvar Europa da barbárie, solução final etc. -, passível de ser atualizada.

Na realidade, a apreensão conceitual da experiência existe para fins de generalização e aplicabilidade, ou seja, organizar uma certa realidade percebida, caoticamente, a princípio, e depois comunicá-la, criando uma linguagem comum aos praticantes e analistas. Vejamos o que diz Costamagna sobre o fascismo espanhol:

Precisamente por isso e para afirmar a analogia que intervém entre o Estado fascista e o Estado nacional-socialista, e aquilo que emerge das provas sangrentas da Falange espanhola, a denominação de *Estado totalitário* é válida. [...] Apreciável é o conceito segundo o qual o Estado fascista seria um *tipo histórico* do Estado totalitário, da mesma forma que o *Estado nacional-sindicalista* na Espanha e o *Estado nacional-socialista* na Alemanha seriam outros tipos históricos (COSTAMAGNA *apud* FAYE, 2009, p. 104).²³

Percebemos que, apesar das especificidades de cada regime/movimento, existem elementos passíveis de generalizações, uma operação própria da conceituação, generalizar para compreender e comunicar. É, precisamente, na Espanha a experiência decisiva de Orwell para suas impressões e elaborações sobre o fascismo.

Luta antifascista e consciência histórica: jornalismo e literatura como intervenção política, uma abordagem do fascismo a partir da escrita de George Orwell

A trajetória de George Orwell vai de agente da polícia colonial na Birmânia – atualmente Mianmar – a combatente na Catalunha contra as forças de Francisco Franco (1892-1975) durante a Guerra Civil Espanhola (1936-39). Experiência que marcou profundamente sua escrita dali em diante. “Cada linha de tudo que de sério escrevi a partir de 1936 foi escrita contra, direta ou indiretamente, o totalitarismo e a favor do socialismo democrático como o entendo”, disse em 1946.²⁴

Embora Orwell tenha publicado textos sobre temas variados e em diferentes modalidades – romances, ensaios, resenhas, textos jornalísticos etc. – é, principalmente, pelas obras *Revolução dos Bichos* (1939) e *Mil novecentos e oitenta e quatro* (1949) que ficou mundialmente conhecido. Essas obras compõem um conjunto de textos que são enquadrados como distopias, isto é, uma antiutopia, uma representação da utopia negativa, caracterizada por um cenário de extrema opressão, privação, desespero, em que o controle é exercido pelo Estado, por uma Corporação, por um líder autoritário, ou por uma casta de privilégios. As obras de Orwell tem um forte caráter anticomunista, tantos

²³ Carlo Costamagna, *Dottrina del fascismo*, Turim: 1940, p. 161.

²⁴ . ORWELL, George. Por que escrevo. In: *Dentro da Baleia e Outros Ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 12-17.

pelas críticas evidentes, direcionadas ao comunismo soviético (socialismo real), mas também pela apropriação e instrumentalização de seus textos durante a Guerra Fria (1947-1991), fato que obscureceu, sob certa medida, suas críticas ao capitalismo, ao colonialismo britânico, e seu entendimento de que o fascismo é um desdobramento desses fenômenos.

Se os comunistas ortodoxos sempre o viram com desconfiança e mesmo antipatia por suas críticas ao stalinismo, de forma escrachada na alegórica novela *A revolução dos bichos* e, em clave mais circunspecta, no distópico *1984*, os conservadores frequentemente o usaram *pro domo* sua, menosprezando os elementos que na composição daquelas duas obras eram frutos da convivência do autor com o colonialismo britânico na Índia e o *modus operandi* do serviço secreto inglês na Ásia e África. No auge da Guerra Fria (de resto, uma expressão atribuída a Orwell), os reações mais inescrupulosos do lado americano lhe ergueram um pedestal.

O primeiro abuso da direita foi a compra secreta dos direitos de *A revolução dos bichos* pelo agente da CIA Howard Hunt para produção de um filme de animação, pouco depois da morte de Orwell. Hunt, que duas décadas depois seria uma figura-chave no escândalo Watergate, adulterou o final da história, acrescentando-lhe um apócrifo *happy end* e reduzindo a novela a uma peça de propaganda anticomunista, que rodou o mundo sob os auspícios do Departamento de Estado americano. (AUGUSTO, 2017, p. 11/12).

Vários dos artigos jornalísticos de Orwell tratam do fascismo, nazismo, comunismo, autoritarismo e do imperialismo, abordando a questão do poder e do exercício político da autoridade, daí sua denúncia da hipocrisia das nações que se opunham ao fascismo, ao mesmo tempo que oprimiam e exploravam as populações na Ásia e na África, rotuladas como raças submissas. A experiência como agente policial do Império Britânico na Birmânia – cargo que renunciou para ser escritor – permite que Orwell conheça de perto a opressão do imperialismo:

Quanto ao trabalho, eu o detestava mais profundamente do que talvez seja capaz de expressar. Em um emprego como aquele vê-se de perto o trabalho sujo do império. Os infelizes que se comprimiam nas fétidas celas das prisões, os rotos pardos e assustados condenados a longo prazo, os traseiros marcados com cicatrizes dos homens açoitados com bambu – tudo isso me oprimia com uma sensação de culpa insuportável. (ORWELL, 2005, p. 61).

Com efeito, como aponta Domenico Losurdo (2015), o pensamento liberal excluía das suas prerrogativas a maior parcela da humanidade: os escravos, os povos coloniais, e os proletários (*working slave people*), as massas de desvalidos sobre as quais Orwell tanto escreveu. Nesse sentido, o liberalismo clássico não apenas legitimou o imperialismo nas colônias, mas, também, a partir de critérios raciais e civilizacionais, justificava a exploração econômica, necessariamente vinculada ao *status* jurídico formal dos homens livres (proprietários):

Locke não tem dificuldades em reconhecer que “a maior parte da humanidade” é “escravizada” (*enslaved*) por suas condições materiais de vida; por sua vez, Mandeville define “a parte mais fraca e pobre da nação” *the working slave people*, destinado sempre a um “trabalho imundo e similar àquele do escravo” (*dirty slaving*): obviamente, não faz sentido conceder a esses escravos ou semiescravos não só direitos políticos, mas tampouco a instrução. (LOSURDO, 2015, p. 48).

Na realidade, o espaço colonial foi um verdadeiro laboratório de construção do autoritarismo e recrudescimento da violência racial que, mais tarde, levaria os judeus, ciganos, gays e opositores do nazismo aos campos de concentração e câmaras de gás, embora nem todos os movimentos fascistas tivessem caráter antissemita. Segundo Hannah Arendt (2012), processo de acúmulo de poder, relacionado à proteção constante de acúmulo de Capital, proporcionou o surgimento da “ideologia progressista” do final do século XIX, renunciando o imperialismo:

Hobbes foi o verdadeiro filósofo da burguesia, porque compreendeu que a acumulação de riqueza, concebida como um processo sem fim, só pode ser garantida pela tomada do poder político, pois o processo de acumulação violará, mais cedo ou mais tarde, todos os limites territoriais existentes. (ARENDR, 2012, p. 217)

A Alemanha nazista operou na Polônia ocupada, por exemplo, uma verdadeira colonização: exploração de recursos naturais com base em trabalhos forçados, sustentado por uma ideologia de superioridade racial, prática comum pela Inglaterra e França, onde o antissemitismo também era uma realidade. Por essa razão, Orwell denunciava o imperialismo:

[...] como podemos “combater o fascismo” se fortalecemos uma injustiça muito mais ampla?
Porque ela é certamente mais ampla. O que sempre esquecemos é que o grosso preponderante do proletariado britânico não vive na Grã-Bretanha, e sim na Ásia e na África. Não está ao alcance do poder de Hitler, por exemplo, fazer com que um *penny* por hora seja o salário normal na indústria; isso é perfeitamente normal na Índia, e fazemos grandes esforços para que continue assim. (ORWELL, 2017, p. 24).

A indignação de Orwell não se resumia às palavras, eram resultado de sua experiência concreta, primeiro, como policial do Império e, posteriormente, como combatente na resistência antifascista durante a Guerra Civil Espanhola. A Espanha, que não havia participado efetivamente da Primeira Guerra Mundial, sofreu transformações econômicas e sociais em razão do conflito, e da própria Revolução Russa de 1917, com a ascensão do anarcosindicalismo e socialismo, vetores de mobilização da classe trabalhadora, impulsionando movimentos por autonomia regional, especialmente entre catalães e bascos. A ameaça comunista somada às aspirações de setores liberais modernizadores fez com que a elite militar, agrária, eclesiástica e demais setores conservadores tramassem um golpe de Estado perpetrado no dia 17 de julho de 1936. A principal ameaça era a “Barcelona vermelha”, e foi lá que Orwell desembarcou, alistado nas tropas do POUM (*Partido Obrero de Unificación Marxista*).

Na obra *Homenagem a Catalunha* (2006)²⁵, George Orwell traça um relato pessoal do conflito, especialmente dos acontecimentos ocorridos em Barcelona entre 1936 e 1937. O livro mistura literatura de viagem, narrativa de guerra, análise política e relato autobiográfico, articulados em volta do acontecimento revolucionário. Segundo Orwell, havia na Espanha uma crença na revolução e no futuro, apesar das várias divergências entre os segmentos da esquerda. Com o desenrolar dos conflitos, o POUM acaba sendo criminalizado por setores da própria esquerda, acusado de ser uma organização fascista disfarçada. A repercussão dada por jornais como *Daily Worker*, *News Chronicle*, *New Republic* é duramente criticada por Orwell, que entendia que a cobertura de guerra deveria ser feita *in loco*, com o devido cuidado no levantamento de dados e informações:

Um das características mais terríveis da guerra é que toda a propaganda de guerra, toda gritaria e mentiras e o ódio vem invariavelmente de pessoas que não estão lutando. [...] Um dos efeitos mais melancólicos dessa guerra foi o de me ensinar que a imprensa de esquerda é, até a última linha, tão espúria e desonesta quanto a de direita. (ORWELL, 2006, p. 222).

Outro ponto a ser destacado é que a situação espanhola não se resumia a uma guerra civil, mas apontava para uma revolução social, com confisco de grandes propriedades, coletivização da indústria, dos transportes, e a tentativa de estabelecer um governo de trabalhadores, sobretudo na Catalunha. A perspectiva da imprensa antifascista fora da Espanha, segundo Orwell, ocultava o aspecto revolucionário, reduzindo a discussão a “fascismo *versus* democracia”.

Mais grave ainda foi a atuação contrarrevolucionária do Partido Comunista, a partir de outubro-novembro de 1936, quando a União Soviética passou a fornecer armas para o governo, fazendo com que os anarquistas perdessem espaço. Dessa maneira, os soviéticos estavam em posição de influenciar as tomadas de decisão do governo espanhol, evidentemente, considerando seus próprios interesses no tabuleiro geopolítico internacional.²⁶ Essa centralização viabilizou a criminalização do POUM, a perseguição e prisão de seus membros:

Na realidade, foram os comunistas, mais do que todos os outros, que impediram a revolução na Espanha. Mais tarde, quando as forças de direita já tinham pleno controle, os comunistas se mostraram dispostos a irem mais fundo do que os liberais na caçada aos líderes revolucionários. (ORWELL, 2006, p. 215).

²⁵ A edição brasileira conta com esse texto e outros relativos a temática. Ver: Orwell, George. *Lutando na Espanha: homenagem à Catalunha*, recordando a guerra civil espanhola e outros escritos. São Paulo: Globo, 2006.

²⁶ Quando o golpe foi deflagrado, o governo republicano tentou obter auxílio da Inglaterra e da França, que firmaram um pacto de não intervenção, assinado em agosto 1936, proibindo o governo e empresas dos países signatários de enviar material bélico à Espanha. As forças franquistas tiveram amplo apoio de Hitler e Mussolini, apesar da adesão de Itália e Alemanha ao tratado. Isolada internacionalmente, a República pode contar apenas com algum suporte da União Soviética que, inicialmente, também preferiu não interferir, evitando problemas com a Inglaterra. A principal ajuda veio das Brigadas Internacionais, composta por soldados voluntários. Entre 1936-1939, cerca de 35 mil lutaram a favor da República.

Orwell argumenta que o POUM, de orientação trotskista, queria uma revolução imediata e os comunistas não. Segundo Helen Graham (2013), o governo central queria restituir o Estado Republicano e, por isso, tomou medidas contra os localismos, surgidos, ou aflorados, a partir da rebeldia militar, tomando medidas contra setores da esquerda radical que tinham promovido formas cooperativas e coletivizadas na indústria e na agricultura. A historiadora avalia que Orwell exagerou o papel dos comunistas nesse processo, sendo insustentável sua teoria conspiratória acerca das Jornadas de Maio (1937)²⁷. Em sentido contrário, Christopher Hitchens aponta a precisão de Orwell a respeito da subversão deliberada da República Espanhola pelos agentes de Stálin, sobretudo pela forma como eles tentaram solapar a esquerda independente na Catalunha:

[...] documentos disponibilizados recentemente pelo Arquivo Militar Soviético em Moscou deixam claro que, de fato, era dar um golpe de Estado total. [...] o grande líder catalão Andrés Nin, fundador do Poum, foi sequestrado, selvagememente torturado e, recusando-se a ceder, assassinado. Porta-vozes dos comunistas anunciaram então que ele fugira para juntar-se aos nazistas. (HITCHENS, 2013, p. 73).

Os acontecimentos vivenciados na Espanha alertaram Orwell para o problema da falsificação da História, que ocorria de acordo com as linhas partidárias. Orwell observa, com lucidez, que não se pode fazer um relato isento das circunstâncias históricas, mas ainda sim “é preciso estabelecer a verdade, tanto quanto for possível”. A partir da comparação da sua experiência no *front* e aquilo que era noticiado havia um abismo, não se tratando apenas de uma perspectiva editorial, ou da subjetividade analítica inerente do escritor, mas o desprezo ou declínio de uma ideia de verdade objetiva:

[...] como é que a história da guerra será escrita? Que tipo de arquivo Franco deixará para trás? [...] depois que aqueles que de fato se lembrarem da guerra estiverem mortos, será universalmente aceita. Então, para todos os efeitos práticos, a mentira terá se tornado verdade. Sei que é moda dizer que boa parte da história oficial é mentira, de qualquer forma. Estou disposto a acreditar que a história é, em sua maior parte, incorreta e tendenciosa, mas o que é peculiar a nossa época é o abandono da ideia que a história *pudesse* ser escrita com base na verdade. (ORWELL, 2006, p. 275).

Portanto, *Revolução dos Bichos* não é exclusivamente a alegoria da revolução traída de 1917. Ela traz elementos da própria experiência de Orwell na Espanha. Em *1984*, o autor vai além, elaborando uma distopia com elementos de ficção científica, com aspectos estruturantes daquilo que se convencionou chamar de totalitarismo. Para esta análise, destacamos a relação entre fascismo, verdade e história, que na obra é representada da doutrina oficial do Partido, composta pelo novafala, duplipensamento e mutabilidade do passado, conforme o trecho a seguir:

²⁷ *Los Hechos de Mayo* compreende a violência civil perpetrada em razão de divergência ideológicas e estratégicas entre segmentos do lado republicano, entre “anarquistas” e “comunistas”, nas ruas de Barcelona, Catalunha.

E se todos aceitassem a mentira imposta pelo partido – se todos os registros contassem a mesma história –, a mentira tornava-se história e virava verdade. “Quem controla o passado controla o futuro; quem controla o presente controla o passado”, rezava o lema do Partido. E com tudo isso o passado, mesmo com sua natureza alterável, jamais fora alterado. Tudo que fosse verdade agora fora verdade desde sempre, a vida toda. Muito simples. O indivíduo só precisava obter uma série interminável de vitórias sobre a própria memória. “Controle da realidade”, era designação adotada. Em *Novafala*: “duplipensamento”. (ORWELL, 2009, p. 47).

Na narrativa, a nova fala exerce a função de diminuir o repertório linguístico, portanto, as possibilidades de formulação da contestação política, considerando que os limites da linguagem são os limites do mundo, conforme leciona Wittgenstein.²⁸ O duplipensamento, a capacidade de acreditar em duas ideias simultaneamente, mesmo sabendo que são contraditórias, faz com que o sujeito adeque suas práticas às circunstâncias, de acordo com a ideologia do Partido, indicando uma crítica direcionada ao movimento revolucionário conservador.

Por fim, a mutabilidade do passado, que implica na destruição de documentos históricos e na falsificação da própria história, sob o argumento de que o passado não tem uma existência objetiva, sendo apenas as coincidências entre os registros e as memórias: “Considerando que o Partido mantém absoluto controle sobre todos os registros e sobre todas as mentes de seus membros, decorre que o passado é tudo aquilo que o Partido decidiu que ele seja.” (ORWELL, 2009, p. 265). A partir dessas elaborações Orwell ataca o núcleo da doutrina fascista em seu funcionamento ideológico, que opera e traduz no campo da linguagem, a negação da história e dos fatos como artifício fundamental no desencadeamento da violência política, isto porque a história é, sem dúvida, o campo de disputa de justificação do político.

Além disso, a história serve para suprir carências de orientação, direcionando o agir humano, cumprindo uma função organizadora do agir social e da deliberação política, exigindo e engendrando um certo nível de consciência:

Não há outra forma de pensar a consciência histórica, pois é ela o local em que o passado é levado a falar – e o passado só vem a falar quando questionado; e a questão que o faz origina-se da carência de orientação da vida prática atual diante de suas virulentas experiências no tempo. (RÜSEN, 2010, p. 63).

Por essa razão, o fascista ataca e desqualifica a história. De acordo com a abordagem singularizante do fascismo – contemporânea ao seu próprio surgimento – ele é considerado como um produto particular da sociedade italiana. No entanto, o fascismo italiano “antecipa”, ou melhor, é sintoma de uma crise que tomaria conta da Europa:

A afirmação do caráter tipicamente italiano do fascismo, subscrita também, entre outros, por autorizados teóricos fascistas, que reivindicavam ser ele o

²⁸ Ver: WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-philosophicus*. São Paulo, Edusp: 1993.

coroamento do processo de unificação nacional iniciado com o Ressurgimento, foi questionado com o surgir de movimentos fascistas em vários países da Europa, mormente com a subida ao poder do nacional-socialismo na Alemanha. A partir dos anos 30, predominam as interpretações tendentes a acentuar o caráter supracional do Fascismo, que haviam de orientar a maior parte da pesquisa e alimentar o debate teórico mesmo depois da Segunda Guerra Mundial. (SACCOMANI, 2016, p. 468).

Além da Itália e da Alemanha, Romênia, Hungria, Áustria e a Espanha experimentaram movimentos que podem ser enquadrados como fascistas, considerando o nacionalismo orgânico, estatismo radical e paramilitarismo (MANN, 2008) como elementos fundamentais para entender e caracterizar esse fenômeno:

O fascismo não foi apenas um aspecto marginal no desenvolvimento da sociedade moderna. Disseminou-se por boa parte do núcleo da modernidade na Europa. Juntamente com o ambientalismo, foi principal doutrina política de alcance histórico mundial surgida no século XX. Existe a probabilidade de algo muito semelhante a ele, embora quase certamente com outro nome, venha a desempenhar um papel importante no século XX. Os fascistas estão no próprio cerne da modernidade. (MANN, 2008, p. 11).

O prognóstico de Mann permite caracterizar alguns movimentos de extrema direita contemporâneos como fascistas, ou neofascistas, ainda que não se adequem (*strictu sensu*) aquilo que chamamos de fascismo histórico dos entreguerras. No Brasil atual, podemos apontar várias práticas de caráter fascista do governo Jair Bolsonaro. Talvez a mais escandalosa tenha sido o discurso professado pelo então Secretário Especial de Cultura, Roberto Alvim que, por ocasião do anúncio daquilo que seria “Prêmio Nacional das Artes”, parafraseou o discurso de Joseph Goebbels, Ministro de Propaganda da Alemanha nazista.

Um dos elementos mais importantes na primeira parte do discurso é a ideia de *auto sacrifício*. Pode-se relacioná-la a uma série de medidas e reformas em curso que prejudicam a parcela mais vulnerável da população, seja pela precarização do trabalho, violência policial, fim do Estado de bem-estar social por meio do ataque à previdência social. Nisso reside uma das diferenças fundamentais entre o fascismo dos dias atuais e o fascismo histórico do entreguerras. Na primeira metade do século XX, o Estado era central na estratégia fascista de mobilização social e como centro promotor da atividade econômica e industrial. Hoje, presencia-se o apelo ao auto sacrifício individual e coletivo em nome da economia neoliberal e a política de salvamento dos interesses capitalistas. (ASSIS; LEITE, 2022, p. 10).

Mesmo no entreguerras havia dificuldade de agrupar movimentos tão diversos, em razão das diferenças em termos de estrutura e ideologia, segundo George Orwell:

Não é fácil, por exemplo, encaixar a Alemanha e o Japão num mesmo contexto, e isso ainda mais difícil em relação a alguns dos pequenos Estados que se poderiam descrever como fascistas. Com frequência supõe-se, por exemplo, que o fascismo é inerentemente belicoso, que ele prospera num ambiente de histeria bélica e só pode resolver seus problemas econômicos mediante preparativos para a guerra ou conquistas no estrangeiro. Mas isso claramente não é verdadeiro no que tange, digamos, a Portugal ou a várias ditaduras sul-americanas. Ou, ainda, o antissemitismo é tido como uma das marcas distintivas do fascismo; mas alguns

movimentos fascistas não são antissemitas. Controvérsias eruditas que reverberaram por anos sem fim em revistas americanas não foram capazes nem mesmo de determinar se o fascismo é ou não uma forma de capitalismo. Mas, ainda, quando aplicamos o termo “fascismo” à Alemanha ou ao Japão ou à Itália de Mussolini, sabemos amplamente a que estamos nos referindo. (ORWELL, 2017, p.85/86).

Com base em uma sociologia dos movimentos fascistas, Michael Mann estabelece alguns elementos para compreensão do fascismo; o primeiro deles é o conceito de nação “integral” ou “orgânica”, que considera o povo uno e indivisível; o Estado é encarado como o portador de um projeto moral, capaz de promover o desenvolvimento econômico, social e moral²⁹; por fim, a existência de um movimento paramilitar nitidamente “radical” e “fora de controle”:

A ele caberia neutralizar toda oposição ao Estado-nação com a violência vinda de baixo, qualquer que fosse o custo. Essa glorificação da violência concreta surgia em consequência da moderna “democratização” da guerra, transformada em guerra entre “exércitos de cidadãos”. O fascismo, assim, propunha uma versão extrema e nitidamente para militar do nacionalismo de Estado. (MANN, 2008, p.13)

Orwell analisa e ficcionaliza o tempo em que viveu, época do surgimento do fascismo. Através do ficcional literário, vincula fragmentos da realidade sem estabelecer em que medida o faz. Por esse motivo, o lugar social é indispensável para compreensão de sua obra, bem como a recepção e utilização conveniente de seus argumentos. A literatura e o jornalismo de George Orwell são manifestações políticas a favor do socialismo democrático e de combate ao totalitarismo, não apenas do stalinismo, e das diferentes variações do fascismo. Inclusive, os textos de Orwell ajudam a compreender aspectos autoritários presentes no horizonte liberal democrático que, cada vez mais, recorre ao Estado de exceção para agenciar a política neoliberal:

As instituições se tornam armas políticas, brandidas violentamente por aqueles que as controlam contra aqueles que não as controlam. É assim que os autocratas eleitos subvertem a democracia – aparelhando tribunais e outras agências neutras e usando-os como armas, comprando a mídia e o setor privado (ou intimidando-os para que se cale) e reescrevendo as regras da política para mudar o mando de campo e virar o jogo contra os oponentes. O paradoxo trágico da via eleitoral para o autoritarismo é que os assassinos da democracia usam as próprias instituições da democracia – gradual, sutil e mesmo legalmente – para matá-la (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 19).

Esse cenário alimenta o recrudescimento de ideologias de extrema direita, discursos (neo) fascistas, nazistas e supremacistas. A exasperação de líderes populistas e autoritários lança mão de estratégias e práticas antidemocráticas, estimulando a violência a partir de baixo, de maneira que a aplicação do conceito não é inviável, mas deve ser

²⁹ O famigerado pronunciamento de Roberto Alvim fala em “elevação da Nação de do povo acima de interesses particulares mesquinhos”, daí a “necessidade” de uma Arte a partir de uma nacionalidade plena, imperativa e vinculante, trecho que imediatamente o associou ao discurso de Goebbels (1933).

rigorosamente especificada a partir de seus elementos constitutivos, considerando os projetos de poder no mundo contemporâneo.

Considerações Finais

O fascismo ocupa um lugar central no desenvolvimento da sociedade moderna, permanecendo atualmente como uma doutrina (anti)política de alcance global. No passado, o fascismo estava ancorado na ideia de Estado-nação, como uma tentativa de responder às crises ideológicas, econômicas, militares, culturais e políticas posteriores à Primeira Guerra Mundial. Um século depois, o neofascismo contemporâneo apresenta novos elementos e estratégias, ao mesmo tempo em que evidencia permanências. Pela sua própria dimensão conceitual – assim como capitalismo, socialismo e mesmo democracia – o conteúdo do fascismo pode ser atualizado, preservando seus traços característicos que o viabilizam enquanto conceito. A negação, falsificação e ataque à História, a partir da própria impossibilidade de verdade objetiva, seja pela violência política, seja pelo apelo ideológico, é um marcador fundamental para compreensão do fenômeno, fato denunciado e ficcionalizado por George Orwell.

Referências

ARENDDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012

ASSIS, Ingrid Pereira; LEITE, Paulo Victor Arouche Costa. “O discurso e a promoção do Prêmio Nacional das Artes e sua alusão ao regime nazista alemão”. *Intexto*: Porto Alegre, n. 53, e-106517.2022.

AUGUSTO, Sérgio. Prefácio. O jornalista exemplar. In ORWELL, George. *O que é fascismo? E outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

COELHO, Victor de O. P. “A totalidade enquanto problema histórico e categoria teórica: Uma abordagem a partir das obras de Humbolt, Simmel e Ernst Jünger”. *Revista de Teoria da História*, ano 4, Número 8, Dez/2012.

FAYE, Jean-Pierre. *Introdução às linguagens totalitárias: teoria e transformação do relato*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

GRAHAM, Helen. *Guerra Civil Espanhola*. Porto Alegre, RS: L&PM, 2013.

HITCHENS, Christopher. *A vitória de Orwell*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2012.

LEVITSKY, Steven, ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LOSURDO, Domenico. *Marx e o balanço histórico do século 20*. São Paulo: Fundação Maurício Grabois – Anita Garibaldi, 2015.

MANN, Michael. *Fascistas*. Rio de Janeiro: Record, 2008

ORWELL, George. *1984*. Tradução: Alexandre Hubner e Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ORWELL, George. *Dentro da baleia e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

ORWELL. *Lutando na Espanha: homenagem à Catalunha, recordando a guerra civil espanhola e outros escritos*. São Paulo: Globo, 2006.

ORWELL. *O que é fascismo? E outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

PARIS, Robert. *As origens do fascismo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1993.

RÜSEN, Jörn. *Razão histórica*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

SACCOMANI, Edda. “Fascismo” In: *Dicionário de política*, org. Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino. Brasília: Universidade de Brasília, 2016.

WALLERSTEIN, Immanuel. *O universalismo europeu: a retórica do poder*. São Paulo: Boitempo, 2007.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.